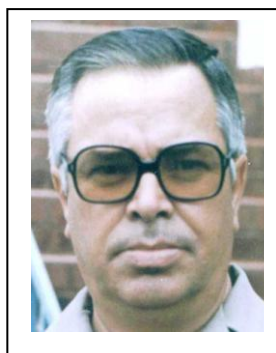


INSPIRAÇÕES GEOPOLÍTICAS DAS AÇÕES DE PORTUGAL E DO BRASIL NO PRATA E SUAS PROJEÇÕES NO RIO GRANDE DO SUL



Cel Claudio Moreira Bento, historiador militar e jornalista, presidente e fundador da Federação de Academias de História Militar Terrestre do Brasil (FAHIMTB), do Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul (IHTRGS) e da Academia Canguçuense de História (ACANDHIS)



General CARLOS DE MEIRA MATOS

Acadêmico Emérito da FAHIMTB onde inaugurou a cadeira Marechal João Baptista Mascarenhas de Moraes. Depois de seu falecimento foi consagrado como patrono de Cadeira especial da FAHIMTB, inaugurada pelo Coronel Hiram de Freitas Câmara, o biógrafo do Marechal Jose Pessoa - o idealizador da AMAN, patrono da AHIMTB-DF e patrono de cadeira na FAHIMTB.

APRESENTAÇÃO

Fazer a Apresentação de um estudo histórico do Cel Cláudio Moreira Bento, gaúcho filho de Canguçu, município gêmeo do de Passo Fundo, é mais que uma honra, é um prazer proporcionado pelo deleite de sua leitura. Conheci-o ainda jovem Major Bento em Recife, nos idos de 1971, quando ele, empolgado pela Guerra Holandesa, tomou a seu cargo a reconstituição dos lugares históricos onde as

forças improvisadas de portugueses, mamelucos, índios e negros haviam derrotado e expulso definitivamente de Pernambuco as forças mercenárias da Holanda, nas memoráveis batalhas dos Guararapes, que ele descreveu e analisou militarmente e de modo pioneiro na obra *As batalhas dos Guararapes - análise e descrição militar*, lançada na inauguração do Parque Histórico Nacional dos Guararapes em 1971, cujo projeto, construção e inauguração coordenou. Desde aí acompanhei a vocação de historiador militar do Cel Bento. Ele pesquisa e escreve incessantemente. Criou a Academia de História Militar Terrestre do Brasil (AHIMTB), à qual se dedica com desvelado entusiasmo científico profissional. Promove seminários, simpósios, palestras e conferências por todo o Brasil, numa reverência fervorosa em divulgar nossa História Militar Terrestre. Ultimamente presenteou-nos com a obra *A Guerra da Restauração*, desvendando uma parte do longo período de lutas para a fixação de nossa fronteira sul.

Agora, pede-me o Coronel Bento que faça a Apresentação de sua plaqueta: *Inspirações Geopolíticas das Ações de Portugal e do Brasil no Prata e suas Projeções no Rio Grande do Sul 1680-1900.*

E mais uma vez o historiador emérito destaca a trama das ações diplomáticas e militares que, durante mais de dois séculos, os governos de Lisboa e do Rio de Janeiro se empenharam, arduamente, buscando tornar realidade a extraordinária visão geopolítica de D. João III, contida nas cartas de 1530, expressando a missão colonizadora de Martim Afonso de Souza. Mais do que admirável e quase inacreditável que naqueles longínquos primeiros anos que se seguiram ao Descobrimento, com a pobreza das informações e da cartografia existente na época, pudessem, D. João III e seus diplomatas, traçar as linhas mestras da Geopolítica para o Sul do Brasil que permanecem válidas até hoje.

Entre outras atribuições, devia Martim Afonso: estabelecer uma Feitoria no Litoral Sul, explorar e colocar marcos da coroa portuguesa no Rio da Prata e encontrar um caminho terrestre que permitisse chegar às minas de prata e ouro do Peru. Estes três aspectos de sua missão Martim Afonso os cumpriu. Fundou São Vicente, enviou seu irmão Pero Lopes de Souza a explorar o Rio da Prata e este lá deixou gravado o marco da coroa lusa, no local que denominou de Estero Carindins, nas imediações da foz do rio Paraná e, finalmente, enviou em busca do caminho terrestre para o Peru a infeliz expedição de Francisco Chaves Pero Lobo, influenciado pelas informações do desterrado bacharel de Cananéia.

São Vicente se expandiu e conquistou o planalto Piratininga, gerou o núcleo paulista de exploradores e sertanistas notáveis que compuseram as bandeiras e povoaram o Sul até os limites platenses. As Bandeiras paulistas chegaram aos Andes como queria a diplomacia de D. João!

À custa de muita luta armada contra espanhóis e seus herdeiros nacionais e desenvolvendo uma diplomacia objetiva e tenaz, durante os 228 anos descritos nesta nova e original pesquisa histórica que nos oferece o Coronel Bento, constatamos a tenacidade de Portugal e do Império e República do Brasil, em perseguir as mesmas grandes linhas geopolíticas já visualizadas com extraordinária lucidez em 1530.

Ass: General Carlos de Meira Mattos. Rio de Janeiro, 27 Fev 2002

Generalidades

Recorrendo inicialmente à definição de Geopolítica de Eduardo Backheuser, assunto de complexa conceituação e definição e endossado pelo nosso primeiro mestre no assunto, em 1961, o Brigadeiro Lysias Rodrigues.

Disciplina que teve como pioneiro entre nós o Marechal Mário Travassos e da qual hoje é a mais renomada e reconhecida autoridade no assunto o General Carlos de Meira Mattos, ambos ex-comandantes de nossa Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) e membros da Federação de Academias de História Militar Terrestre do Brasil (FAHIMTB).

O Marechal Travassos como patrono de sua Delegacia em Campinas/SP e da AHIMTB-Resende e o General Meira Mattos como seu acadêmico emérito e o primeiro a tomar posse na mesma, inaugurando cadeira que tem por patrono o comandante e historiador de nossa Força Expedicionária Brasileira (FEB) Marechal João Baptista Mascarenhas de Moraes. E escreveu Backheuser:

"A Geopolítica é a política desenvolvida em decorrência das condições geográficas de um país considerado".

E assim procurou explicar seu conceito:

"A política é a arte de administrar os povos, procurando tornar possível o que é necessário. A Geopolítica é a parte da alta administração de um Estado que traça as diretrizes para investigar, valorizar e explorar o solo de um país no tríplice aspecto: Território, Situação Geográfica e Domínio de suas riquezas reais e potenciais".

Para o geopolítico General Meira Mattos citado:

"A Geopolítica é caracterizada por uma visão antecipada de soluções políticas inspiradas na Geografia".

E ainda segundo Meira Mattos "o primeiro geopolítico português no Prata foi o rei D. João III que, em Instruções a Martim Afonso de Souza, vislumbrou que Portugal devia estabelecer uma base no Atlântico Sul, em São Vicente, que expandisse a fronteira Portugal - Espanha, ao rio da Prata e que descobrisse um caminho terrestre para o Perú".

E assim, a serviço da conquista deste objetivo, diríamos geopolítico, decorreram negociações diplomáticas e guerras que evocaremos neste trabalho.

E, a seguir, ensaiaremos como Portugal e o Brasil conduziram a inspiração de D. João III no Sul, na denominada "**Área Geopolítica da Ala Sul - Paraná - Santa Catarina - Rio Grande do Sul**" pelo então Coronel Golbery do Couto e Silva, gaúcho de Rio Grande, em seu livro ***Geopolítica do Brasil*** (Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1976).

E especial atenção daremos ao Rio Grande do Sul, cuja fronteira foi a de mais difícil fixação por ser a mais turbulenta, difícil, sangrenta e dispendiosa, merecendo o apodo de **Fronteira do Vai e Vem**, em que pese sua legitimação pelo Tratado de Madrid de 1750 que reconheceu a sua conquista por bandeirantes, por estancieiros e tropeiros lagunenses e, pelo Brigadeiro Silva Paes. Este, ao fundar a atual cidade de Rio Grande em 1737 e estabelecer os limites de Portugal nos arroios Chuí e São Miguel.

Neste ensaio a nossa homenagem, além dos já citados, a Alexandre de Gusmão, a José Bonifácio, Alberto Torres, Oliveira Vianna, Paulo Henrique da Rocha Correia e Terezinha de Castro que também abordaram superiormente assuntos de Geopolítica do Brasil, influenciando positivamente em seu destino .

Brasil - objetivo geopolítico prioritário de Portugal

O Brasil, de cerca de 1580 a 1777 foi o eixo dominante da Geopolítica de Portugal e onde a metrópole aplicou, concentrado e prioritariamente, todo o seu poder.

Aplicou-se na posse e ocupação efetiva do nosso litoral e sua defesa da intromissão estrangeira. E sua diplomacia, no período da União das Coroas Ibéricas 1580-1640, aplicou-se na expansão do espaço terrestre que lhe coube pelo Tratado de Tordesilhas de 1494, na procura de fronteiras geográficas naturais com a Espanha aqui na América, conforme vislumbrou D. João III, citado.

Na Bacia do Rio da Prata foi procurar limites naturais no rio Uruguai e no estuário do Prata, para o que teria que expandir seu território para o Sul de Laguna, em Santa Catarina , até aqueles limites.

Fundação da Colônia do Sacramento em 1680

Para tal objetivo fundou em 1680, defronte a Buenos Aires, a Colônia do Santíssimo Sacramento, para participar das grandes riquezas drenadas da Bacia do Prata para Buenos Aires e da exploração das manadas de gado vacum selvagem, monopólio do rei da Espanha, e que povoavam as atuais campanhas do Uruguai e do Rio Grande do Sul, depois de ali introduzidas pelos jesuítas, por volta de 1622.

Em torno e em consequência da posse de Colônia do Sacramento, espanhóis e portugueses e descendentes de ambos lutaram por cerca de 190 anos transformando a região do Rio da Prata num campo de batalha. Depois de cicatrizadas aquelas lutas, aos brasileiros, uruguaios, argentinos, paraguaios e bolivianos, em especial, compete isolarem as preciosas lições que colheram do livro da História Militar do Rio da Prata. Lições capazes de construir uma Doutrina Militar Terrestre Comum, a serviço da defesa militar do Mercosul, contra interferência exterior no insondável 3º Milênio.

Creio que seria este o maior Objetivo Geopolítico comum a ser conquistado pelas Forças Armadas das nações do Prata.

Expansão Portuguesa no Brasil no período de União das Coroas Ibéricas

No período da União das Coroas de Portugal e Espanha, de 1580 a 1640, o rei comum permitiu que cada um de seus reinos conquistasse, em seu nome, os territórios que desejasse. Grande parte deste período coincidiu com as invasões e dominação holandesa na Bahia e Pernambuco.

A Amazônia, o Capitão Pedro Teixeira a conquistou para Portugal em nome do rei comum em 16 Ago 1639, conforme abordamos em **A conquista da Amazônia** (Rio de Janeiro: DNER/Serv. Gráfico, 1971).

No Sul e no Oeste, os bandeirantes partindo de São Paulo, expulsaram as reduções jesuíticas do Rio Grande do Sul (Tape), do Oeste do Paraná (Guaíra) e do Sul de Mato Grosso (Itatins) que forçavam o Meridiano das Tordesilhas em direção ao Atlântico.

Este fato assinalou o início da penetração, reconhecimento e exploração portuguesa do atual Rio Grande do Sul, com a destruição das 18 reduções que constituíram o Tape, conforme registramos em ***História da 3ª Região Militar 1808-1889 e Antecedentes*** (Porto Alegre: 3ª RM, 1994). E também em obra nossa recente em parceria com o historiador Cel Luiz Ernani Caminha Giorgis intitulado “Brasil - Lutas contra invasões, ameaças e pressões externas em defesa de sua Integridade, Soberania, Unidade, Integração, Independência; e da Democracia e da Liberdade Mundiais. Resende: FAHIMTB/IHTRGS, 2014. Obra patrocinada pela FHE-POUPEX e por acadêmicos do Exército que descontam suas contribuições em Folha. Obra da qual foram doados 1.000 exemplares ao Departamento de Educação e Cultura do Exército, para uso de suas escolas, em especial a AMAN (500 exemplares), a ECEME (100 exemplares) e a EsAO (50 exemplares).

Fundação de Laguna - 1688

Em 1680, Portugal fundou a Colônia do Sacramento e oito anos depois foi fundada Laguna, por santistas. Local que foi centro irradiador e base de apoio para a exploração, conquista e povoamento português do Rio Grande do Sul.

Por esta época, os jesuítas retornaram ao Rio Grande do Sul, fundaram os Sete Povos das Missões e estabeleceram 11 estâncias para abastecer os sete povos da margem esquerda do rio Uruguai e os quatro povos da margem direita.

Em 1705, os portugueses estabeleceram contato terrestre Laguna-Colônia. De 1705 -15 a Colônia passou para mãos da Espanha. Nesta fase teve início, por portugueses de Laguna, a preia (captura) de gado alçado (selvagem) nas campanhas do Uruguai e Rio Grande, o qual era transportado por terra para Laguna. E dali para outros destinos, por mar.

Com a recuperação de Colônia por Portugal, em 1715, intensificou-se a preia de gado alçado no Rio Grande e Uruguai, atraindo muitos paulistas que haviam sido forçados a saírem de Minas Gerais na guerra dos Emboabas (1710).

O gado se destinava a suprir com força animal (muare) e alimentação (vacuns) a atividade de exploração do Ouro em Minas, Goiás e Mato Grosso.

Foi necessário a abertura de caminho pela Serra Geral até Sorocaba/SP, passando por Vacaria, Lages, Curitiba atuais, etc., para escoar a riqueza representada pelas tropas preiadas (apresadas) no Sul. Este caminho integrou o litoral do Rio Grande, por terra, ao restante do Brasil.

Em 1722 se estabeleceu em São José do Norte atual, por cerca de dois anos, a Frota de João de Magalhães para proteger o canal da Lagoa dos Patos, melhorar os meios de travessia das tropas, protegê-lo dos espanhóis e índios Tapes (que habitavam Canguçu atual, na Serra dos Tapes), fazer aliança com os índios Minuanos e cobrar impostos de passagem.

Objetivos geopolíticos em conflito no Prata

Em 1723, Portugal fundou Montevidéu, de onde foi desalojado por crioulos espanhóis (espanhóis nascidos na América). Fato que, segundo o consenso de intérpretes do Prata, definiu o destino do Uruguai como nação independente e que encontraria em Artigas, o grande intérprete e apóstolo deste sonho, que entrou em choque com a Geopolítica de Portugal no Prata, de igual forma que a Argentina com seu sonho de reconstituir o Vice-Reinado do Prata e o do Paraguai de reconstituir o Império Teocrático Guarani. Todos estes sonhos conflitantes, incluindo partes do atual Rio Grande do Sul.

Foram esses objetivos geopolíticos em conflito que fariam a fronteira do Brasil no Sul oscilar, gerando a figura citada: **Rio Grande, a Fronteira do Vai Vem!** nome de um livro do Patrono de cadeira especial na FAHIMTB Cel da Brigada Militar Hélio Moro Mariante, um tradicionalista, historiador e poeta dos bons.

Em 1733, o governo de São Paulo estimulou o estabelecimento de estâncias em torno da região genericamente denominada de Viamão. Estância com o sentido de permanência, ou seja, era exigido para concretizar a posse da terra "um tempo mínimo de **estância** no local". Já nesta época rendiam impostos para Portugal as minas de Cuiabá e Goiás, obrigadas a passarem o ouro por um registro no rio Grande, no atual Triângulo Mineiro e outro no sangradouro da Lagoa dos Patos, conhecido por Rio Grande. E os dois locais de registros passaram a serem chamados em Portugal de Rio Grande e Rio Grande **o do** Sul. Daí a origem, segundo Hélio Moro Mariante (patrono de cadeira da Brigada Militar na FAHIMTB) de Rio Grande do Sul.

A Fundação do Rio Grande do Sul



Acima, três fotos do Memorial Militar Brigadeiro de Infantaria Jose da Silva Pais, do 6º Grupo de Artilharia de Campanha - Grupo Almirante Tamandaré, inaugurado em 22 de dezembro, de 2007, no comando do então Ten Cel Art Augusto Cezar Martins de Oliveira e, por sua iniciativa, para cuja concretização participaram as Academias de História Militar Terrestre do Brasil (AHIMTB), o Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul (IHTRGS) e a Academia Canguçuense de História (ACANDHIS). Na foto em visita ao Memorial Brigadeiro Jose da Silva Pais do autor e o jornalista Cairo Moreira Pinheiro para ai deixar exemplar do livro do autor e do seu parceiro Cel Luiz Ernani Caminha Giorgis Brasil Lutas contra invasões, ameaças e pressões externas.... Na foto 1 O autor frente as vitrines com textos de sua autoria sobre a fundação de Rio Grande em 1737, por Silva Pais e sobre a reconquista da Vila de Rio Grande aos espanhóis em 1º de abril de 1776. Na foto 2 O autor e o Jornalista Cairo ladeando o busto do fundador de Rio Grande Silva Pais. Na foto 3 o autor e Cairo na frente do Memorial Silva Pais sobre a História Militar de Rio Grande.(Fonte fotos do Arquivo da FAHIMTB)

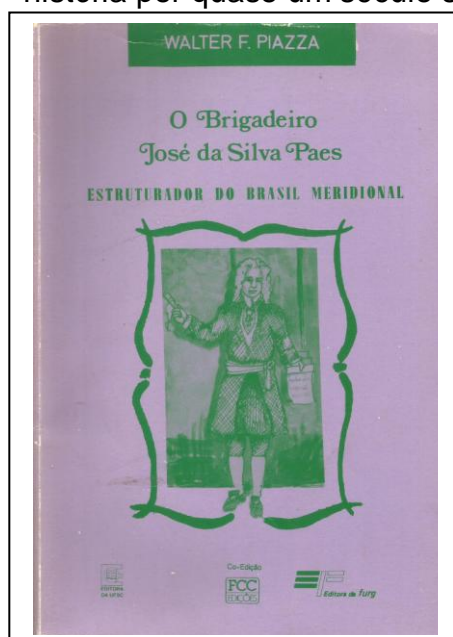
Em 1736, a Colônia do Sacramento foi cercada pela Espanha. Do Rio de Janeiro foi enviada uma expedição ao comando do Brigadeiro de Infantaria José da Silva Pais com três objetivos sucessivos: expulsar os espanhóis de Montevidéu, livrar Colônia do cerco espanhol e fundar o presídio Jesus Maria José, na atual cidade de Rio Grande.

Com o insucesso dos objetivos relacionados a Montevidéu e Colônia, Silva Paes desembarcou, ao entardecer, de 19 Fev 1737, em Rio Grande atual, fundando assim o Rio Grande do Sul atual. Era esperado em terra por estancieiros e tropeiros liderados pelo Cel de Ordenanças Cristóvão Pereira de Abreu e escudados num forte que construíram armado com quatro pequenos canhões.

A base militar então fundada foi nucleada pelo forte Jesus Maria José, erigido em terreno arenoso e protegido à retaguarda pelo Forte N. S. da Imaculada Conceição, a padroeira e rainha de Portugal desde 25 de março de 1646, por ato do Rei D. João IV em agradecimento à proteção a Portugal na sua Independência da Espanha,

À distancia, Silva Pais estabeleceu os postos militares avançados no Chuí e no arroio São Miguel, respectivamente guarnecidos por 12 Dragões de Minas e um Pelotão de Infantaria de 32 homens, aos quais mandou pagar soldo dobrado.

Silva Paes criou a primeira unidade de Linha - uma Companhia de Dragões, cujo comando entregou ao 2º estancieiro a fixar-se em Viamão, Francisco Pinto Bandeira, pai do legendário gaúcho Rafael Pinto Bandeira. Em 1759, terminou a organização do Regimento de Dragões do Rio Grande, valioso instrumento da Geopolítica do Brasil no Sul, cuja história por quase um século se confundiu com a do Rio Grande do Sul.



Em 1988 o historiador catarinense Walter Piazza publicou a obra ao lado pela Editora da Universidade Federal de Santa Catarina e pela Universidade de Rio Grande e nos convidou como historiador militar Diretor do Arquivo Histórico do Exército a elaborar a orelha ou aba do citado livro ISBN 85-850-42-25-7.

Convite ao conhecer nosso artigo em 1977, na **Revista Militar Brasileira** nº jul/dez p. 23/47 intitulado *Em torno da Fortaleza São José da Ponta Grossa*. Obra em que abordamos a conquista da Ilha de Santa Catarina em 1777 pelo Vice Rei do Rio da Prata General D. Pedro Ceballos. Artigo decorrência de nossa passagem pela ilha e visita ao então abandonado Forte de São Jose da Ponta Grossa, um dos 12 focalizados em nosso Album A História do Brasil através dos seus fortes;GBOEx,1982.

Gaúcho primitivo, histórico e romance - evolução

Nesta época surgiu a figura do gaúcho primitivo, branco, ou um misto de índio com branco, um tipo de corsário dos pampas, sem lei e sem rei, vivendo da matança do gado alçado, monopólio do Rei da Espanha, para tirar o couro e vendê-lo de contrabando a portugueses na Colônia do Sacramento e mais tarde, a partir de 1754, em Rio Pardo.

Foram assim grandes instrumentos a serviço da Geopolítica de Portugal que os tinha como aliados e eram combatidos pelos espanhóis. Eles facilitaram a expansão por terra de Portugal no território entre Laguna e Colônia.

Com as guerras no Rio da Prata entre espanhóis e portugueses, dos platinos contra a Espanha e depois entre brasileiros e descendentes e descendentes platinos dos espanhóis, o gaúcho primitivo transformou-se no gaúcho histórico como grande soldado de Cavalaria, apto para grandes movimentos com apoio no cavalo e no boi. O primeiro como transporte e o segundo como alimento auto-transportável, que também o supria com o couro para sua improvisada barraca e como barco para a travessia de rios da região (as pelotas), etc. Circunstância interpretada pelo Cel BMRS Hélio Moro Mariante como a **Idade do Couro no Continente de D'E1 Rey** (Porto Alegre: IGTF, 1974).

Gaúcho que, depois de curadas e cicatrizadas as feridas daquelas lutas e das revoluções no Prata, deu origem ao gaúcho-romance, o gaúcho tradicionalista que cultua as tradições criadas pelo gaúcho histórico, hoje numa impressionante rede de Centros de Tradições Gaúchas espalhados pelo Rio Grande, pelo Brasil e até no exterior, a partir do CTG 35, onde exerceu seu apostolado Luiz Carlos Barbosa Lessa, de justiça consagrado um dos gaúchos do século passado, para a glória de Piratini, seu berço accidental e para Canguçu, terra natal de seus pais e onde tomou contato com o **Almanaque Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul 1889-1917** que havia sido colecionado e curtido pelos seus colaboradores em Canguçu, os irmãos Franklin Máximo Moreira e Carlos Norberto Moreira (nosso avô e bisavô de Lessa). E tanto a obra impressionou Lessa que a nora de Franklin e filha de Carlos Norberto, Alice Moreira, terminou por doá-la ao gaúcho do século citado, dado o seu grande interesse. Esta foi a cacimba onde Lessa bebeu tradicionalismo, e seria considerado seu filósofo.

Mas penso que este movimento perdeu o sentido predominante da participação bélica do gaúcho como Sentinela do Sul e assim instrumento da geopolítica na definição das fronteiras do Rio Grande e na defesa das mesmas.

Depois, fundamos em 10 Set 1986, nos 150 anos da vitória do Seival, em Pelotas, o **Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul (IHTRGS)** para dar apoio histórico ao culto das Tradições que tendiam descambar para fantasias e assim desconhecer o processo histórico do Rio Grande do Sul, com identidade fundamentalmente castrense, até cerca de 20 Set 1932, com o combate do Cerro Alegre, em Piratini, último confronto armado no Rio Grande do Sul.

IHTRGS que tem sido uma presença muito atuante como parceiro de diversas obras com a FAHIMTB. Confirmar é obra de simples verificação e raciocínio, em especial nos 20 livros em que resgatamos a História do Exército no Rio Grande do Sul. Em 10 de setembro de 2016 ele completará 30 anos de profícua atividade cultural, sob a presidência executiva do Capitão R/2 Artilharia Juarez Nunes da Silva, autor do mais completo livro sobre o Gaúcho, intitulado **A Terra dos quatro ventos**. Caxias do Sul: Lorigraf, 2014. Obra que consolida valiosa bibliografia sobre o Gaúcho. Continuamos no IHTRGS na condição de Presidente Emérito e fundador vitalício. Todos os seus 114 informativos **O Gaucho**, a maioria de nossa autoria, estão disponíveis na abertura do site da FAHIMTB

www.ahimtb.org.br, criado e administrado por nosso filho Capitão de Mar-e-Guerra Carlos Norberto Stumpf Bento, homenagem ao meu avô e bisavô de Barbosa Lessa e meu patrono na Academia Canguçuense de História.

O Tratado de Madrid de 1750

Em 1750, em clima de mútuo entendimento e amizade, Portugal e Espanha celebraram o Tratado de Madri.

O Tratado previa a entrega a Portugal dos Sete Povos das Missões e este, por sua vez, a entrega à Espanha da Colônia do Sacramento. Os limites entre Portugal e Espanha no Rio Grande do Sul seriam naturais, o rios Uruguai - Ibicuí - Santa Maria, mas em linha seca no atual Uruguai, na bacia da Lagoa Mirim.

Casais de açorianos deveriam ocupar os Sete Povos das Missões. Mas com o insucesso da demarcação os casais trazidos dos Açores se espalharam ao longo do rio Jacuí e pelas imediações de Rio Grande e Porto Alegre. Esta presença açoriana foi estudada pelos patronos da AHIMTB General João Borges Fortes em **Casais** (Porto Alegre, 1932) e pelo Ten Cel Henrique Oscar Wiedersphan em **A colonização açoriana do RGS** (Porto Alegre: LCP/EST, 1979) e pela correspondente da AHIMTB em Pelotas Heloísa Assumpção Nascimento, em **A saga dos açorianos** (Pelotas, 1999), romance histórico em que homenageia seu falecido esposo Cel do Exército Plínio do Nascimento com esta trova açoriana. "Para Plínio com saudade:

Ausente do bem que adoro, não tenho gosto de nada, na solidão em que vivo, somente o choro me agrada".

Para demarcar os limites do Tratado no atual Rio Grande do Sul, Portugal enviou para o Sul o Exército Demarcador, forte de 1633 homens (Infantaria, Artilharia e Aventureiros paulistas, ao comando do governador do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo General Antonio Gomes Freire de Andrada, que permaneceu no Rio Grande do Sul (atual) até 1759, por cerca de 7 anos. Trouxe quase toda a Guarnição do Rio de Janeiro.

Em 1753, depois de ser colocado o 1º marco divisório em Castilhos, no Uruguai, ao prosseguirem a demarcação, índios missioneiros, liderados por Sepé Tiarajú impediram, na altura de Bagé - Santa Tecla atuais, o prosseguimento da referida demarcação pelos exércitos de Portugal e Espanha.

A seguir, teve lugar a tentativa feita para a demarcação do Tratado a partir do estratégico Passo São Lourenço, no rio Jacuí, acima de Cachoeira do Sul.

Tentativa impedida pelos índios, resultando somente a Fundação do Forte Jesus Maria José do Rio Pardo - "**A tranqueira invicta**" a primeira base militar portuguesa no interior do Rio Grande do Sul e estímulo ao povoamento do rio Jacuí até Rio Pardo.

Na derradeira tentativa demarcatória de 1755/56, o Exército de Portugal partiu do forte São Gonçalo, que erigira na margem norte do rio Piratini, próximo ao Canal São Gonçalo, que une as lagoas dos Patos e Mirim e que recebeu seu nome em razão do forte ali construído. Em 16 Ago 1756 operou junção com o Exército da Espanha no Campo das Mercês (nas cabeceiras do rio Negro próximo a Bagé), campo assim chamado pelas condecorações e graças que ambos os exércitos conferiram a seus integrantes.

E a partir da região atual de Bagé - Santa Tecla, os índios missioneiros liderados por Sepé Tiarajú levaram a efeito uma guerra de guerrilhas contra os exércitos demarcadores, dando início a uma guerra típica da região chamada **A guerra à gaúcha** que abordamos na Antologia do CIPEL 1996 em **Regionalismo Sul-Rio-Grandense**.

Os índios queimavam as pastagens no eixo de progressão dos exércitos, matavam os cavalos cansados para não serem reaproveitados, tiravam os vacuns do eixo de progressão e trucidavam patrulhas e soldados isolados que ousassem se afastar do grosso dos exércitos.

Os índios foram massacrados no combate de Caiboaté e morto Sepé Tiarajú pelo Governador de Buenos Aires. Eventos ocorridos no município de São Gabriel e abordados por Osorio Santana Figueiredo no citado **História de São Gabriel**, os quais abordamos com detalhes na citada **História da 3ª RM**, v.1 . O citado autor o é também de **Carreteadas heróicas** (Santa Maria: Pallotti,1986) que aborda o uso militar da carreta no Rio Grande, importante e único meio de transporte terrestre de cargas no Rio Grande e importante ferramenta a serviço da geopolítica por dilatado período.

A impossibilidade de demarcação do Tratado e da devolução por troca dos Sete Povos por Colônia, trouxe a guerra ao território gaúcho e alterou o destino dos casais de açorianos que vieram para povoar e defender os Sete Povos, com uma espingarda a ser distribuída por casal.

A 1ª invasão espanhola do Rio Grande do Sul

Em 1762, Portugal foi Invadido por Espanha e França. No Brasil, em 1783, o governador de Buenos Aires, General D. Pedro de Ceballos, conquistou a Colônia do Sacramento e invadiu o Rio Grande do Sul pelo litoral. Depois de conquistar a Fortaleza de Santa Tereza, então construída por Portugal, conquistou a Vila de Rio Grande e São José do Norte.

A 2ª invasão do Rio Grande do Sul - 1773/77

Em 1773/74 o mexicano governador de Buenos Aires D. Vertiz y Salcedo, invadiu o Rio Grande do Sul para combater as guerrilhas portuguesas estabelecidas nas Serras dos Tapes e do Herval (atuais Canguçu e Encruzilhada do Sul) que cumpriam a seguinte estratégia emanada do Rio de Janeiro depois da invasão de 1763 pelo litoral:

"A guerra contra o invasor espanhol será feita com pequenas patrulhas, localizadas nas matas e passos dos rios e arroios. Destes locais sairão ao encontro dos invasores para surpreendê-los, causar-lhes baixas, arruinar-lhes cavalhadas e suprimentos e ainda trazer-lhes em constante e contínua inquietação".

Marchando em duas colunas, D Vertiz sofreu fragorosa derrota em 10 Jan 1774, em Tabatingaí e teve destroçada, em Santa Bárbara coluna vinda dos Sete Povos trazendo cavalhadas e bovinos (transporte e alimentação).

Foi uma modelar Ação Retardadora liderada pelo comandante e governador do Rio Grande do Sul atual, o Cel Cav José Marcelino de Figueiredo.

Ao chegar frente ao Rio Pardo, com sua mobilidade e alimentação seriamente comprometidas, Vertiz y Salcedo retornou para Rio Grande através das atuais Encruzilhada do Sul e Canguçu, bases das guerrilhas portuguesas, deixando plantada no Rio Grande do Sul a Fortaleza de Santa Tecla, para impedir as incursões das guerrilhas no atual Uruguai para preiar vacuns, cavaleiros e destruir estabelecimentos espanhóis e colher informações militares.

Vertiz y Salcedo sofreu grande pressão guerrilheira ao atravessar o Passo da Armada, no Camaquã , entre os atuais municípios de Encruzilhada e Canguçu, desde então

assim chamado pelas dificuldades ali passadas pela Armada (nome de Exército em espanhol).

Assim, com as fortalezas de Santa Tereza e Santa Tecla, os espanhóis começaram a barrar as incursões guerrilheiras no atual Uruguai e com o forte São Martinho, incursões nos Sete Povos das Missões .

Os limites de Portugal com Espanha recuaram por 13 anos, período em que os espanhóis controlaram uma parte do Rio Grande do Sul. Os portugueses ficaram confinados á faixa litorânea entre São José do Norte e Viamão e ao norte do rio Jacuí até Rio Pardo e com suas bases de guerrilhas nas serras dos Tapes (Canguçu atual) e na serra do Herval (Encruzilhada do Sul atual).

A Guerra da Restauração do Rio Grande 1774-76

Como mencionado, com as invasões de 1763 e 1774, os espanhóis passaram a controlar parte do atual Rio Grande do Sul, com apoio em suas forças baseadas nos fortes de São Martinho, ao norte de Santa Maria, de Santa Tecla (próximo a Bagé atual) e na Vila do Rio Grande e corte do canal São Gonçalo.

Foi então que o Marquês de Pombal decidiu expulsar os espanhóis do Rio Grande, assunto que resgatamos em detalhes em nosso livro: **A Guerra de Restauração**. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1994. Portugal concentrou poderosa força no Rio Grande do Sul assim articulada:

- São José do Norte (82%) - 3365 homens
- Rio Pardo – 710
- Porto Alegre – 27

O Exército do Sul conduziu seu esforço ofensivo sobre três pontos fortes:

Forte São Martinho: por barrar o acesso português aos Sete Povos e ameaçar o flanco do Rio Pardo, defendido pelo forte Jesus Maria José (2º). São Martinho foi conquistado em 31 Out 1775 por Rafael Pinto Bandeira com suas guerrilhas e dragões do Rio Grande

Forte Santa Tecla: por barrar o acesso das guerrilhas portuguesas às campanhas de Maldonado, Montevidéu e Colônia, ameaçar Rio Pardo e possibilitar, através do passo do Rosário, o intercâmbio e de reforços com os Sete Povos. Foi conquistado em 25 Jan 1776, depois de prolongado sítio e demolido depois de levantada a sua planta.

Vila de Rio Grande: por barrar o acesso português pelo litoral para o Sul, e base de partida espanhola para ataques sobre Porto Alegre e Laguna. Data desta época a fortificação de Porto Alegre por uma linha pelo alto onde se ergue a Santa Casa, apoiada nas margens do Guaíba e que seria bem desenvolvida por ocasião da Revolução Farroupilha, quando Porto Alegre foi objeto de três sítios farrapos. Linha de fortificação cuja história resgatamos em mapa em **Porto Alegre - memória dos sítios farrapos e da administração de Caxias** (Brasília: EGGCF, 1989).

A vila de Rio Grande foi reconquistada na madrugada de 1º Abr 1776, dia de São Francisco de Paula que daria origem ao primitivo nome da atual cidade de Pelotas, como Povo de São Francisco de Paula, desde então padroeiro desta cidade.

Guerrilheiros de Rafael Pinto Bandeira, baseados em Canguçu atual passaram a usar o seguinte caminho, em linha seca, ao longo do itinerário hoje balizado por Canguçu - Piratini - Pedras Altas - Herval - Passo do Centurion no rio Jaguarão - Mello, no Uruguai.

Este caminho de invasão seria barrado em 1801 pelos espanhóis com o forte de Cerro Largo (atual Mello) no Uruguai.

O Tratado de Santo Ildefonso - 1777

Foi celebrado em 1777 o Tratado de Santo Ildefonso, imposto a Portugal pela Espanha, pelo qual ele perdeu em definitivo a Colônia do Sacramento e temporariamente os Sete Povos, mantendo suas bases militares em Rio Grande, no litoral e em Rio Pardo, no interior, com jurisdição sobre a vasta campanha. Bases articuladas, por terra, através do Vao dos Prestes (atual) no rio Camaquã entre Encruzilhada e Canguçu. Passo conhecido então como passo do Camaquã de Baixo.

O novo traçado dividia São Gabriel atual ao meio, bem como Bagé, e abrangia quase todo Dom Pedrito. Seu limite de fato na Bacia da Lagoa Mirim foi o rio Piratini. Foi estabelecida nos limites uma faixa denominada Campos Neutrais que no litoral abrangia todo o atual município de Santa Vitória do Palmar.

Foi demarcado entre Bagé e Santa Maria atuais, com a faixa dos Campos Neutrais que teoricamente isolaria espanhóis e portugueses. Mas ela não evitou o franco contrabando do gado pertencente ao rei da Espanha pelo gaúcho, personagem sem lei e sem rei, que surgiu nas campanhas do Uruguai e Rio Grande do Sul e que, de abatedor de manadas de vacuns selvagens para tirar o couro e vender de contrabando, passou a contrabandear gado em pé para as charqueadas portuguesas estabelecidas por volta de 1780 em Pelotas atual e na margem esquerda do rio Piratini, junto à sua foz.

Contrabando focalizado por Guilhermino Cesar em **O contrabando no sul do Brasil** (Caxias do Sul: UCS-EST, 1978) e que se constituiu em poderoso instrumento geopolítico a serviço de Portugal.

De igual forma as charqueadas gaúchas que se expandiram a partir de 1780 viriam a se tornar instrumentos de geopolítica a serviço da fixação de nossa fronteira Sul, cuja história foi abordada por Alvarino Fontoura Marques em **Episódios do ciclo do charque** (Porto Alegre: EDIGAL, 1987). E continuada em **Evolução das charqueadas rio-grandenses** (Porto Alegre: Martins Livreiro, 1990). Nosso 1º artigo no **Diário Popular** de Pelotas foi em 1º e 8 de março de 1970, marco inicial de nossa atividade como historiador e jornalista, em artigo **As charqueadas de Pelotas - sua influência no povoamento do Rio Grande do Sul. Projeção econômica e social e como vistas por Saint Hilaire, Debret e Herbert Smith**. Eles tiveram expressiva projeção na Geopolítica de Portugal no Prata.

Não poderíamos deixar de mencionar o mate como instrumento da Geopolítica de Portugal no Sul e abordada em tese de Maria Emília Barcellos da Silva em **O Chimarrão - uma vivência gaúcha** (Rio de Janeiro: Fac. Letras UFRJ, 1987). E mais o tropeirismo de mulas, conforme estudamos em **Caminhos históricos estratégicos de penetração e povoamento do Vale do Alto e Médio rio Paraíba 1565-1822** (Resende: AHIMTB, 1998), como contribuição ao XIV Simpósio de História do Vale do Paraíba promovido pelo IEV, em Campos do Jordão e publicado na **RIHGB** em "Tropeirismo" estudado pelo patrono de Delegacia da FAHIMTB em Sorocaba Aluísio Almeida em **Vida e morte do tropeiro** (São Paulo: Ed. Martins, 1971) e por Pedro Ari Veríssimo da Fonseca em **Tropeiros de Mula** (Passo Fundo: Diário da Manhã, 1985). Evento providencial que segundo Ari Veríssimo foi responsável por haver dado o Rio Grande do Sul ao Brasil. Afirmção assim justificada :

Para transportar a prata das minas de Potosi para a América Central, para dali seguirem para a Espanha foi necessário criar-se mulas em Entre-Rios, na atual Argentina, para transportar a prata até o Caribe. Com o esgotamento da prata em Potosi, que coincidiu com a descoberta das Minas Gerais os tropeiros espanhóis, inicialmente com suas mulas do eixo Potosi-Caribe se transferiram para o eixo Rio Grande do Sul atual - Sorocaba, centro dispersor dos tropeiros de mulas para atingirem Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás abastecendo os mineradores de vários gêneros e fornecendo-lhes mulas para movimentar a atividade mineira.

Disto decorre nossa afirmação:

"Sem a abertura do caminho por tropeiros ligando o Rio Grande - São Paulo - Minas não teria ocorrido os ciclos do ouro e do café e se completado a Unidade Nacional, unindo o Rio Grande ao restante do Brasil..."

A marcha das estâncias gaúchas se constituiu igualmente em poderoso instrumento geopolítico em favor da consolidação do Rio Grande do Sul como brasileiro, o que pode ser avaliado da obra de patrono de cadeira na AHIMTB, o General João Borges Fortes em **Rio Grande de São Pedro** (Rio de Janeiro: BIBLIX,1941).

A demarcação do Tratado de Santo Ildefonso ficou indefinida entre os rios Piratini e Jaguarão. Esgotadas as manadas selvagens elas passaram a ser criadas extensivamente por fazendeiros e estancieiros.

O Tratado de Santo Ildefonso significou uma grande perda territorial com a qual os gaúchos não se conformaram e se prepararam para o troco.

De 1783 a 1789, funcionou em Canguçu no local denominado Canguçu Velho a sede da Real Feitoria do Linho cânhamo do Rincão do Canguçu, assunto que abordamos pioneiramente em nosso livro:

Em Canguçu Velho Canguçu - RS a sede da Real Feitoria do linho cânhamo do Rincão do Canguçu 783-1780. Resende: AHIMTB/IHTRGS/ACANDHIS, 2008. Tese que submetida ao Conselho de Cultura do Rio Grande do Sul foi aprovada.

Com o clima de guerra eminente entre Portugal e Espanha a Real Feitoria foi transferida para o Faxinal da Courita em São Leopoldo atual. Transferencia não por não haver produzido o que dela era esperado, conforme abordado pelo historiador e prezado amigo Telmo Lauro Muller, na valiosa plaqueta Antes -1824 - depois. E no mesmo ano foi fundada na Margem esquerda do rio Piratini a Vila dos Casais, atual cidade de Piratini e junto à fronteira de fato de Portugal e Espanha.

A Guerra de 1801

O Rio Grande de 1777 a 1801 (por 20 anos) trabalhou com afinco e acumulou riquezas, mas inconformado com o Tratado de São Ildefonso de 1777 - um retrocesso.

A guerra se aproximava. Como preparativos para um futuro conflito Portugal fundou, no início de janeiro de 1800, as povoações de Caçapava e Encruzilhada para barrarem, em caso de guerra, o histórico caminho de invasão: Aceguá - Santa Tecla - Lavras - Caçapava - Encruzilhada - Pântano Grande - Rio Pardo.

E fundou Canguçu aprofundando a defesa feita em Píratini, desde 1789, para barrar o caminho de invasão usado pelos guerrilheiros de Rafael Pinto Bandeira na guerra 1774-76: Canguçu - Piratini - Pinheiro Machado - Pedras Altas - Herval do Sul - passo Centurion no rio Jaguarão e Forte de Cerro Largo.

Estourando a guerra na Europa, Espanha invadiu Portugal e conquistou Olivença. No Rio Grande a guerra seria sustentada com recursos humanos e materiais fornecidos pela iniciativa privada.

Na Fronteira do Rio Grande, sob a liderança do Cel Manoel Marques de Souza I, atual patrono da 8ª Brigada Motorizada de Pelotas e no comando da Legião de Cavalaria da Fronteira de Rio Grande, criada em 1776, ao comando do então Coronel Rafael Pinto Bandeira, invadiu o contestado território ao Sul do rio Piratini e levou nossa fronteira até o rio Jaguarão, depois de neutralizar as guardas espanholas de São José, Santa Rosa, Quilombo e da Lagoa.

Data daí a fundação de Jaguarão com o estabelecimento ali de uma Guarda Militar ao comando do Major Vasco Pinto Bandeira.

Na Fronteira do Rio Pardo, ao comando do Cel Patrício Correia da Câmara (atual denominação histórica da 3ª Brigada de Cavalaria Mecanizada em Bagé), à frente de seus Dragões do Rio Grande, baseados no Rio Pardo, expulsou os espanhóis de Batoví (a primitiva São Gabriel) e de Santa Tecla, para onde haviam retornado, e da Guarda São Sebastião, na Coxilha São Sebastião. Ao oeste, Patrício Correia da Câmara colocou a fronteira no rio Santa Maria, como previra o Tratado de Madrid.

A partir de Santa Maria atual, 40 dragões e aventureiros, sob a orientação do Cel Patrício, em Rio Pardo, conquistaram sucessivamente a guarda espanhola de São Martinho e os Sete Povos, que foram incorporados pela força das armas.

A vitória portuguesa foi decidida no passo N.S. da Conceição do Jaguarão (atual Passo Centurion), com a retirada, em 13 Dez, da tropa de Espanha para o forte de Cerro Largo.

Em 17 Dez 1801 foi conhecida a paz na Europa, onde a Espanha não devolveu Olivença e aqui no Brasil Portugal não devolveu o que conquistara.

Assim, com esta vitoriosa guerra sustentada com recursos materiais das fazendas e charqueadas, o Rio Grande do Sul foi bastante ampliado.

Conquistou os territórios com as ricas pastagens dos Sete Povos, entre os rios Piratiní e Jaguarão e o território entre o rio Santa Maria e o divisor de águas das bacias da Lagoa dos Patos e do rio Uruguai, acrescentando aos atuais municípios de São Gabriel (mais da metade), a Bagé cerca de mais 1/3 e a Dom Pedrito quase a metade. E sem esquecermos todo o município de Santa Vitória.

Enfim a Fronteira do Brasil no Rio Grande do Sul se apoiava agora em acidentes naturais na linha balizada pelos rios Uruguai - Ibicuí - Santa Maria - Jaguarão - Lagoa Mirim e, em linha seca em Aceguá. Do que hoje é o Rio Grande só faltava o quadrilátero chamado distrito de Entre Rios, formado pelos atuais municípios de Santana, Rosário, Alegrete, Uruguiana e Quaraí.

A Campanha do Exército Pacificador da Banda Oriental 1811-12

Com a independência das províncias que constituíram o Vice Reinado do Prata, o governador Francisco Javier de Elio de Montevideu se manteve fiel à Espanha. Montevideu foi cercada por argentinos e por orientais liderados por Artigas.

Portugal organizou um Exército ao comando de D. Diogo de Souza, primeiro Governador e Capitão-General do Rio Grande do Sul, então capitania instalada em 1808.

Seu objetivo era o de prevenir no Rio Grande do Sul os reflexos das lutas que incendiavam o Prata. Artigas, em seu sonho de Independência do Uruguai, incluía nele partes do Rio Grande do Sul, bem como a Argentina em refazer sob sua égide o antigo vice Reinado do Prata.

A concentração do Exército foi em Bagé atual, que então surgiu como Guarda e Distrito Militar, cujo dirigente de fato foi o ex-Dragão do Rio Pardo, Capitão Ricardo de Mello (bisavô do escritor Erico Veríssimo) que respondeu pelo distrito de 1811 a 25, por 14 anos.

Élio, sitiado em Montevideu por Artigas e pelo argentino Rondeau, pediu socorro a D. João VI, cunhado do rei Fernando de Espanha, preso por Napoleão, e que era irmão da rainha D. Carlota Joaquina.

E ficou decidida a invasão do Uruguai que teve início em 25 Jul 1811, com a travessia do passo Centurion no rio Jaguarão, seguida da conquista do Forte Cerro Largo. E prosseguiu, conquistando o Forte de Santa Tereza, se apossou de Castilhos e atingiu Maldonado onde se incorporou ao Exército, como coronel auditor, o futuro Visconde de São Leopoldo, deixando precioso testemunho em sua obra **Anais da Província de São Pedro** (Rio de Janeiro: INL, 1942). Foi o presidente fundador em 1838 do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e é considerado Pai das histórias de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.

Em 14 Out de 1801, o governador Javier Élio de Montevideu pediu para D. Diogo que retornasse a Bagé com seu Exército, em razão de armistício que celebrou com argentinos e Artigas, por imposição britânica. Por temor de ameaças de Artigas, D. Diogo destacou para o acampamento próximo a Santana atual, em Dez 1812, os regimentos de Dragões e de Milícias do Rio Pardo. Acampamento dentro do distrito espanhol de Entre Rios.

Em 1812, depois de convocar no Rio Grande todos os homens entre 16 e 46 anos, D. Diogo deixou Maldonado com o seu Exército, atravessou Uruguai e foi até Paysandu em 48 dias de marcha, de 16 Mar a 2 Mai 1812, percorrendo 96 léguas e se entrincheirando em Paysandu. Esta marcha, não pacífica, foi desenvolvida no itinerário Maldonado - Pão de Açúcar - Passo de Cuelo - Cerro Pelado - Passo do Durazno - Rio Yi - Rio Negro - Arroio Maio, sob o argumento de uma ameaça de Artigas, em posição entre os rios Quaraí e Ibícuí, no distrito de Entre Rios. E tiveram lugar vários combates com forças de Artigas.

A partir do Distrito Militar dos Sete Povos das Missões, criado em 1801, portugueses atacaram os povos de Japejú (local de nascimento de San Martin) e São Tomé. A vanguarda de Artigas foi batida junto ao arroio Laureles e em todas estas ações foram apreendidos muitos bovinos e cavalos.

Depois de cerca de 40 dias em Paysandu, por ordem de D. João, D. Diogo começou a retornar ao Rio Grande, permanecendo três meses nas cabeceiras do Cunha Peru, fronteiro a Santana do Livramento atual.

Em 12 Set 1812, o Exército Pacificador retornou a Bagé pelo Passo N. S. da Conceição no rio Jaguarão.

A consequência deste evento foi a incorporação de fato, pela força das armas, por ações combinadas do Exército Pacificador em Paysandu e depois em Cunha Peru, com as forças no acampamento São Diogo e da que guarnecia São Borja, contra seguidores de

Artigas que ocupavam o distrito de Entre- Rios. Distrito onde hoje se situam os municípios de Santana, Quaraí, Uruguaiana, Alegrete e parte dos de Rosário do Sul e D. Pedrito e com fronteiras naturais nos rios Uruguai e Quaraí e linha seca em Santana.

Mesmo antes e principalmente depois da guerra de 1774/76, como na de 1801 e Campanha do Exército Pacificador 1811/12, militares que delas participaram receberam terras para a criação de gado e também para defendê-las, tornando-se cada estância ou fazenda uma célula militar a ser mobilizada ao primeiro sinal de perigo.

Sobre isto escreveu Oliveira Vianna em **Populações Meridionais do Brasil** (Rio de Janeiro, 1952).

"Na verdade a maior parte da gente que povoou a campanha rio-grandense era composta de militares profissionais que de soldados se fizeram estancieiros atraídos pelo encanto e liberdade da vida pastoril..."

"...Não foi só! Dessa aristocracia pastoril os elementos que não tinham como os militares acima nomeados, uma origem militar, possuíam em regra, uma educação militar. Porque se havia soldados que se faziam estancieiros, havia estancieiros que se faziam soldados: E eram quase todos!"

Todos os estancieiros da fronteira, por ocasião das guerras e das invasões platinas eram naturalmente levados a se tornarem poderosos caudilhos, valentes líderes dos bandos da peonagem das estâncias recrutada de improviso, formando centro de agrupação da população da campanha, tornados em falanges particulares de civis ou guerrilheiros.

Incorporados aos Exércitos em marcha, eles eram verdadeiros soldados, sujeitos aos rigores da disciplina e da hierarquia militar.

Terminada a guerra, esses caudilhos civis tornavam a seus pagos armados em companhia de seus guerrilheiros. Estes ensarilhavam as suas lanças...

Camarada e amigo dos seus soldados, estes agora tornados à sua faina de peões e capatazes, continuavam a manter a mesma obediência militar. Como lhe prestaram na guerra, continuavam agora a prestá-la já em pleno regime de paz e de trabalho!

Esta combinação, estâncias nas fronteiras distribuídas a militares, se constituiu poderoso e econômico instrumento de concretização da Geopolítica de Portugal e depois do Brasil no Rio Grande do Sul.

Foi com muita justificada e sensibilidade tradicionalista gaúcha que em 1954 o deputado Ruy Ramos, ao prefaciá-lo **Galpão de Estância** (São Luiz Gonzaga: Graf. Porto Seguro ,1954, 1 ed) do inspirado poeta gaúcho Jayme Caetano Braun escreveu:

"O culto das tradições gaúchas representa no Rio Grande do Sul um impulso espontâneo e irresistível da alma da raça... Falar das lutas e das dores do gaúcho para definir e fixar os limites do Brasil no Rio Grande do Sul e manter a posse da terra e dominá-la, é tocar na corda sensível das gerações gaúchas".

Observamos com pesar que o tradicionalista gaúcho em geral desconhece esta realidade mencionada por Ruy Ramos, da qual tem uma noção romanceada e fantasiosa da luta dos rio-grandenses como Sentinelas do Brasil, conhecendo só que lutamos com os

castelhanos, mas sem saber as circunstâncias históricas dessas lutas no tempo e no espaço.

Ao contrário, se concentra no culto da Revolução Farroupilha em bases históricas manipuladas, olvidando que ela só foi possível com adesão e condução da mesma pela participação efetiva de oficiais do Exército e Unidades do Exército que guarneciam a então maior guarnição do Brasil: quatro Regimentos de Cavalaria Ligeira, um Batalhão de Infantaria e um Batalhão de Artilharia, fora a Guarda Nacional, cujo comandante era o Coronel de Estado-Maior do Exército Bento Gonçalves da Silva.

Circunstâncias que reproduzi com fidelidade em nosso livro de cunho profissional militar **O Exército Farrapo e os seus chefes** (Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1992, 2v).

Bento Gonçalves e Bento Manoel eram coronéis de Estado-Maior do Exército. Os maiores José Mariano de Mattos e João Manoel da Lima e Silva comandavam respectivamente a Infantaria e a Artilharia da guarnição do Exército no Rio Grande do Sul. José Mariano é considerado o 1º comandante do atual 22º GAC - Grupo Uruguaiana.

Cultuam-se os lenços branco e vermelho dos tempos da sanguinária, feroz e cruel Revolução Federalista de 1893-95, marcada pelos massacres fratricidas, por degolas, de irmãos-gaúchos inermes em Rio Negro - Bagé e do Boi Preto em Palmeira das Missões. Conjuntura perversa em que foram degoladas as virtudes de **Firmeza** e **Doçura** simbolizadas por dois amores perfeitos nos ângulos do losango do braço farrapo, adotado como o do Rio Grande do Sul em 1891.

Firmeza simbolizando em combate lutar com toda a garra, coragem e valor.

Doçura representada pelo respeito, como religião, depois da vitória, à vida, à honra, à família e ao patrimônio do vencido inermes.

Doçura de qual deu exemplo Flores de Cunha ao receber a rendição de Honório Lemes, o Tropeiro da Liberdade, ao se recusar a receber a sua espada e o seu revólver, para em seguida se abraçarem comovidos.

Sobre este assunto produzimos o livro: **Símbolos do Rio Grande do Sul - subsídios para sua revisão histórica, tradicionalista e legal** (Recife: UFRPE, 1971). Obra em que resgato a figura do simbolista farrapo Bernardo Pires. Penso, salvo melhor juízo, que o MTG, que tem por patrono o Ten Cel Cav João Cezimbra Jacques, criador em 1903 do Grêmio Gaúcho em Porto Alegre, que devia exaltar e divulgar as tradições guerreiras do Rio Grande do Sul e dos que a construíram para se buscar coerência com o filósofo Chesterton: "**A Tradição é a democracia dos mortos**". Ou seja, a maneira como os mortos se sentem votando quando as tradições que eles construíram ou o Trado (legado) são respeitados e cultuados, no caso, pelos tradicionalistas.

Cezimbra Jaques a quem se deve o exelente **Assuntos do Rio Grande do Sul** (Porto Alegre: ERUS, 1979), cuja figura foi resgatada pelo Cel Hélio Moro Mariante que obteve vitória em sua tese de tornar Cezimbra Jaques patrono do MTG, por seu pioneirismo no Tradicionalismo Gaúcho no Prata. Pois na Argentina o tradicionalismo surgiu forte em 1914 por ítalo-argentinos que, segundo Maddallone W. Nichols em seu **O Gaúcho** (Rio de Janeiro: Zelío Valverde, 1946) traduzido por Castilhos Goycochêa:

"havia na Argentina mais de 200 clubes, sendo mais de 50 em Buenos Aires, cuja finalidade ostensiva era perpetuar a tradição gaúcha..."

E sobre as tradições militares com apoio na História existe um silêncio sepulcral de parte da Mídia. Seria bom que os líderes tradicionalistas parassem um pouco para pensar. Isto para que não se dê motivo para esta piada que circulou de boca em boca, em 1961, no episódio da Legalidade:

Que um CTG, imitando um Regimento de Cavalaria, fez solene alto defronte ao Mata Borrão, na Avenida Borges de Medeiros. E boleou a perna um gaúcho e se dirigiu solene aos alistadores para seguir para o norte do Brasil para defender a Legalidade.

E perguntou-lhe o alistador: - E os demais vão bolear a perna e se alistarem? E obteve como resposta: - Não! Pois de briga só sou eu! Os outros são só de dança!

As guerras contra Artigas de 1816-1820

Em 20 Jun 1814 Montevideú, sitiada, capitulou para a Argentina. E o futuro do Uruguai oscilou entre quatro objetivos geopolíticos conflitantes:

Será província Argentina? Será independente com Artigas? Será protetorado da Inglaterra? Será província portuguesa, sonhada pela rainha Carlota Joaquina, irmã do rei Fernando de Espanha prisioneiro de Napoleão?

E Portugal optou pela invasão, que no mínimo traria a vantagem geopolítica de definir os limites entre os atuais Uruguai e Brasil, no Rio Grande do Sul.

Em 1815 o Brasil foi elevado a condição de Reino Unido com sede no Brasil. D. João VI decidiu invadir e ocupar o Uruguai com a Divisão de Voluntários Reais que mandou vir de Portugal.

Concentrou na Fronteira do Rio Pardo poderoso Exército e estimulou a mobilização de forças de guerrilhas e de voluntários.

A 1ª Campanha contra Artigas 1816/1817

Artigas, ao que parece, pretendia barrar o avanço pelo litoral da Divisão de Voluntários Reais rumo a Montevideú e conquistar os Sete Povos das Missões. Reforçado nos Sete Povos, bater as forças do Rio Grande do Sul na Fronteira do Rio Pardo e, a seguir, cair pela retaguarda sobre a Divisão de Voluntários Reais.

O Plano de Portugal visava invadir o Uruguai pelo litoral com a Divisão de Voluntários Reais e conquistar Montevideú. Defender com as tropas da Fronteira do Rio Pardo as linhas dos rios Uruguai e Quaraí, contra invasões de Artigas. Caso invadido o Rio Grande expulsar Artigas e suas tropas. O Rio Grande foi invadido por Artigas por Santana e São Borja.

Ao final, Artigas foi derrotado em Catalão em 4 Jan 1817 e a partir de São Borja foi destacada força contra povoações indígenas na margem direita do Uruguai, bases da partida de ataques de Artigas contra o Rio Grande.

A Divisão de Voluntários Reais entrou em Montevideú em 20 Jan 1817, decorrido 16 dias da Batalha de Catalão e Portugal, mais uma vez, decorridos 40 anos, colocava os limites do Brasil no rio da Prata, seu antigo e perseguido sonho geopolítico.

A 2ª Campanha contra Artigas 1819-20

Artigas, reuniu um Exército predominante de índios frente a Santana atual. As tropas do Rio Grande foram concentradas em Bagé em condições de apoiar a Divisão de Voluntários Reais de Montevideú.

Artigas invadiu os Sete Povos pelo passo Santo Isidoro, em 25 Abr 1815 e se apossou dos povos de São Luiz Gonzaga e São Nicolau. Foi destacado para enfrentá-lo em

São Nicolau, no comando de um Regimento de Cavalaria de Milícias, o Cel Diogo de Moraes Arouche Lara que foi repellido e morto em ação. Foi o primeiro historiador militar do Brasil como Reino Unido por haver escrito sobre a campanha anterior contra Artigas. É patrono de cadeira na Academia de História Militar Terrestre do Brasil, inaugurada pelo falecido historiador paulista Hernani Donato, autor do valioso **Dicionário das Batalhas Brasileiras** e hoje ocupada pelo academico benemérito Adilson César, presidente da AHIMTB-SP – Academia General Bertholdo Klinger, federada à FAHIMTB. Dicionário que é importante contribuição para nosso livro no prelo **Brasil - Lutas Internas 1500-1916 em defesa da Integridade e Unidade do Brasil**. Resende: FAHIMTB/IHTRGS, a ser lançado em 2016, em comemoração aos 20 anos da FAHIMTB e 30 do IHTRGS em parceria com o historiador emérito Cel Luiz Ernani Caminha Giorgis. Cel Diogo, nosso patrono no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo desde 1977.

O Conde da Figueira, Dom José Maria Rita de Castelo Branco Correia da Cunha Vasconcelos e Sousa, governador do Rio Grande, socorreu os Sete Povos das Missões e junto com tropas deste distrito militar encontrou São Nicolau abandonado e terminou por livrar os Sete Povos da ameaça de Artigas.

O Conde da Figueira deixou o Cel José de Abreu na cobertura do rio Arapeí (no Uruguai hoje) e deslocou uma força de Bagé para Las Canas no Uruguai, face ao forte do Cerro Largo e guarneceu Jaguarão, Guarda Militar criada em 1801.

Em Jan 1820, Artigas em seu acampamento de Taquarembó, próximo a Santana, invadiu o Rio Grande, obrigando o Cel José de Abreu a retirar-se para o passo do Rosário (atual Rosário do Sul).

O Conde da Figueira, governador do Rio Grande, em manobra fulminante, deslocou-se de Porto Alegre e assumiu o comando das tropas de Rio Grande em Operações. E atacou Artigas acampado nas nascentes de Taquarembó em 20 Jan 1820 e derrotou seu Exército, obrigando-o a deslocar-se para Corrientes. Em 29 Set 1820 Artigas foi obrigado a exilar-se no Paraguai de onde não mais retornou.

Uruguai, Província Cisplatina do Brasil (1821) e Guerra da Cisplatina 1825-28

O Uruguai em 1821 foi incorporado ao Império do Brasil como sua Província Cisplatina. Portugal conquistara dois objetivos geopolíticos . Ou sejam: definir os limites do Rio Grande do Sul com o Uruguai que permanecem até hoje, exceto alteração ocorrida em 1900 e pela segunda vez, ter o seu limite extremo no Rio da Prata. Este duraria cerca de 7 anos.

Em 7 Set 1822, o Brasil proclamou a sua Independência e teve de voltar suas atenções para consolidá-la na Cisplatina, no Maranhão, Pará e Bahia e ainda enfrentar a Confederação do Equador no Nordeste, em 1824.

Foi nesta conjuntura adversa que o nascente Exército Brasileiro, desfalcado das lideranças militares e da tropa representada pelas três divisões portuguesas que em maioria retornaram a Portugal, teve de enfrentar duas invasões argentinas e orientais no Rio Gande do Sul.

Revolução Farroupilha 1835-45

Uma série de desgostos acumulados contra o Governo Central e seus representantes no Rio Grande do Sul, levaram os rio-grandenses inicialmente a uma

revolução para depor o Presidente da Província e o seu Comandante das Armas e, depois, a proclamação da República Rio-grandense, que duraria mais de 9 anos e cuja atração exercida pelo bloco das repúblicas platinas era fortíssima e ameaçadora. Face a este grande perigo o Imperador D. Pedro II encarregou o Barão de Caxias de pacificá-la.

E depois de grande esforço neste sentido conseguiu pacificar a Revolução Farroupilha, em 1 mar 1845, conforme abordo nas seguintes obras:

Caxias e a Unidade Nacional. Porto Alegre: AHIMTB/ GENESIS, 2003, p. 238/249.

Contribuição à História de D. Pedrito. Dom Pedrito: Prefeitura, 2001.

O Exército farrapo e os seus chefes. Rio de Janeiro: BIBLIX, 1992- 94, 2v.

Caxias foi escolhido Presidente da Província e eleito por ela seu senador vitalício, cargo que exerceu com grande orgulho por cerca de 30 anos.

Seu trabalho pacificador foi assim reconhecido pelo líder farrapo Bento Gonçalves em carta a um amigo:

"Por fim temos uma paz que só conseguimos algumas vantagens pela generosidade do Barão de Caxias, desse homem verdadeiramente amigo dos rio-grandenses, que não podendo fazê-la publicamente a Paz nos fez o Barão o que já não podíamos esperar..."

Ao D. Manoel Rosas, ditador argentino, propor atravessar a fronteira com tropas argentinas e ajudar os farrapos, teria recebido esta resposta do General Davi Canabarro, último comandante do Exército Farrapo:

"Com o sangue do primeiro soldado argentino que atravessar a fronteira assinaremos a Paz com o Império".

O sentimento de brasilidade era mais forte naquele momento do que o de República. Vale lembrar que a Revolução Farroupilha foi um laboratório de técnicas, táticas e estratégias militares no Rio Grande do Sul. E mais do que isto, foi uma escola de formação de líderes de combate, que depois de combaterem por mais de 9 anos como republicanos farrapos e imperiais, se irmanaram na defesa do Brasil nas guerras externas que se seguiriam contra Oribe e Rosas 1851-52, contra Aguirre 1864 e do Paraguai 1865-70.

Na vitória contra Oribe e Rosas ficaram definidos os limites do Brasil com o Uruguai, através de acidentes naturais. Ajudou-se a confirmar as independências do Uruguai e do Paraguai ameaçadas por Rosas e foi assegurado o direito do Brasil à sua livre navegação no rio da Prata, essencial para comunicar-se com a sua província Mato Grosso.

Enfim, equilíbrio político no Rio da Prata, um objetivo geopolítico conquistado temporariamente.

Uma página esquecida da Revolução Farroupilha

A COMEMORAÇÃO DO 20 DE SETEMBRO EM RESENDE EM 19 DE SETEMBRO DE 2015

Cel Claudio Moreira Bento Presidente da Federação de Academia de História Militar Terrestre do Brasil (FAHIMTB) e Presidente Emérito e fundador do Instituto de História e Tradições do RGS (IHTRGS)

História é verdade e Justiça! Tem sido consagrada como causas da Revolução

Farroupilha só as de caráter econômico, ligadas ao aumento do imposto sobre a légua de campo e a preferência, pelo Sudeste do Brasil, do charque do Uruguai, em detrimento do charque produzido pela Província do Rio Grande do Sul.

E nenhuma referência ao desprestígio do Exército pelo poder que sucedeu D. Pedro! Por ter o Exército apoiado o Imperador na outorga da primeira constituição do Brasil. Causa que denomino - **A questão militar!**

E hoje, em chão fluminense vamos homenagear dois oficiais fluminenses formados pela Academia Real Militar (hoje, a nossa AMAN) que tiveram papel destacado na eclosão e desenvolvimento da Revolução Farroupilha, os majores de Artilharia José Mariano de Mattos e o de Infantaria João Manuel da Lima e Silva, geralmente esquecidos, os quais sintetizamos em nosso livro **O Exército Farrapo e os seus chefes**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1992, v.1, p. 145/150.

O afro-descendente Major José Mariano de Mattos formou-se em Artilharia na Academia Real Militar. E em 1831, ano da Abdicação de D. Pedro, coube-lhe, como Major, organizar em Porto Alegre o Corpo de Artilharia a Cavalos, como seu primeiro comandante.

Com a Abdicação forçada de D. Pedro I, os novos detentores do Poder decidiram que o Exército devia deixar as capitais e ser destacado no litoral e nas fronteiras. A guarnição do Exército no Rio Grande do Sul, a mais forte do Brasil, era constituída de três Regimentos de Cavalaria destacados em Jaguarão, Bagé e Alegrete e a unidade de Infantaria em Porto Alegre, ao comando do Major João Manuel da Lima e Silva, tio do Duque de Caxias.

Esta perseguição ao Exército provocou uma série de revoltas Brasil afora! No Rio de Janeiro, a guarnição do Exército se revoltou e a solução foi criar o Batalhão Sagrado formado só de oficiais, para pacificar a Revolta. O futuro Caxias, comandante do Batalhão do Imperador e seus tios não reagiram à imposição da Abdicação, por prudência, para que dela não resultasse a República.

Em Fortaleza, o atual Patrono da Infantaria participou como soldado da revolta de sua unidade em apoio ao seu comandante, isto depois dela cumprir uma missão de combater uma revolta pró-volta ao trono de D. Pedro I. Ao retornar da missão o seu quartel fora extinto.

No Rio Grande do Sul a Infantaria e a Artilharia, articuladas em Porto Alegre, respectivamente ao comando dos majores formados na Academia Real Militar, João Manoel da Lima e Silva e José Mariano de Mattos, veteranos da Guerra da Independência na Bahia, de igual modo que Caxias, receberam ordens de seguirem para seus novos destinos, a Infantaria para São Borja e a Artilharia para Rio Pardo. E os dois se encontraram em Rio Pardo, onde teve início o Projeto da Revolução Farroupilha, que culmina com a participação de toda a Guarnição do Exército. Bento Gonçalves coronel de Estado-Maior, ligado ao Regimento de Jaguarão e agora no Comando da Guarda Nacional, lidera o movimento. O Cel Bento Manoel Ribeiro, ligado ao Regimento de Alegrete, lidera a revolta em sua área. No Regimento de Bagé, o seu comandante se recusa a aderir e é conduzido até a fronteira pelo Tenente Manoel Luis Osório que lidera a revolta no Regimento.

O início da Revolução Farroupilha foi decidido na véspera em uma Loja Maçônica de Porto Alegre na qual estavam presentes o Coronel de Estado-Maior Bento Gonçalves da Silva e o Major José Mariano de Mattos, que se consagrou como o cérebro político-militar da Revolução.

Vitoriosa a Revolução, Bento Gonçalves assume a liderança e Mariano José de Mattos o assessora. Proclamada a República Rio-Grandense, em 11 de setembro de 1836, sob a inspiração dos majores João Manuel da Lima e Silva e José Mariano de Matos, este assume a função de Ministro da Marinha e do Exército e mais tarde a de vice-presidente. E o major João Manuel foi elevado a condição de primeiro General da República.

Ao final da Revolução, José Mariano de Mattos foi aprisionado em Canguçu pelo guerrilheiro imperial Tenente-Coronel da Guarda Nacional Francisco Pedro de Abreu, o Moringue, na cadeia que mandou construir e que sonega informações solicitadas pelo Barão de Caxias sobre o paradeiro de Mariano de Matos, conforme registram seus **Ofícios**, publicação que reúne seus ofícios sobre a Pacificação da Revolução.

Francisco Pedro havia ocupado Canguçu em agosto de 1843 e ali articulou, a seu comando, a Ala Esquerda do Exército Pacificador do Barão de Caxias. Pacificada a Revolução, Caxias convidou o Cel José Mariano de Matos para ser o Ajudante-Geral do seu Exército na Guerra contra Oribe e Rosas, 1851/52. Finda a guerra, o Cel José Mariano de Mattos volta para o Rio, é readmitido no Exército, comanda a Fábrica de Pólvora de Estrela e em 1863 é nomeado Ministro da Guerra. Ele foi o autor do Brasão e da Bandeira da Revolução Farroupilha, adotados em 1891, pelos constituintes gaúchos como símbolos do Rio Grande do Sul. E no brasão, como bom artilheiro, ele colocou um enorme canhão, corpo estranho nos combates farrapos, onde predominava a Cavalaria e, em menor proporção, a Infantaria. Esta abordagem, espero que contribua para o melhor conhecimento deste valoroso soldado afro-descendente que figura como primeiro comandante dos grupos de Artilharia com origem no Regimento Mallet. E que em algumas ocasiões presidiu a República Rio-grandense. Ele é considerado o primeiro afro-descendente a presidir o Rio Grande do Sul. E na Constituinte Farroupilha em Alegrete propôs a Abolição da Escravatura na República Rio-Grandense.

O General farroupilha João Manuel, ferido gravemente no rosto em combate em Pelotas, foi assassinado em São Borja por imperiais e ali sepultado. Seus restos mortais foram levados para Caçapava e ali foram sepultados com toda a pompa e circunstância. Os imperiais ao conquistarem Caçapava, violaram o túmulo do General João Manoel e espalharam seus restos mortais pelos campos. O Major João Manoel, tio de Caxias foi seu contemporâneo na Academia Real Militar bem como o Major José Mariano de Mattos e os três foram veteranos da Guerra da Independência na Bahia em 1824.

Creio ser a 1ª vez que estes dois oficiais do Exército nascidos em terra fluminense e justo na cidade de Resende, sede da Academia Militar das Agulhas Negras, sucessora da Academia Real Militar onde eles estudaram e a honraram, foram lembrados pela grande projeção de suas atuações na Revolução Farroupilha. **História é Verdade e Justiça!**

Artigo lido em 19 de setembro de 2015, no Espaço Casa no inaugurado Consulado do Rio Grande do Sul.

A GUERRA CONTRA ORIBE E ROSAS (1851-52)

Em 1851, o poder na Argentina era exercido por D. Juan Manoel de Rosas desde 1829. E no Uruguai, desde 1834, por Manuel Oribe. Rosas passou a alimentar o sonho de reconstituição do antigo Vice-Reinado do Prata e, por via de consequência, a ameaçar a Soberania e a Integridade do Brasil e do Uruguai. E assim, a ameaçar os objetivos geopolíticos do Brasil. No Prata, projetavam-se também interesses ingleses e franceses que contrariavam os do Uruguai, Argentina e Brasil. Rosas tentou interferir na Revolução Farroupilha, repelida a sua oferta de apoio pelo General Davi Canabarro, comandante do Exército Farrapo com a declaração histórica a ele atribuída já referida na Revolução Farroupilha.

Caudilhos platinos disputavam o poder

Em 1850, Manuel Oribe hostilizou brasileiros residentes no Uruguai. O Barão do Jacuí Francisco Pedro de Abreu (Chico Pedro, ou Moringue), que se celebrizara no combate à Revolução Farroupilha, e agora liderando fazendeiros brasileiros, invadiu o Uruguai em ações denominadas Califórnia de Chico Pedro.

Rosas, aliado de Oribe, exigiu satisfações, fato que terminou com o rompimento das relações Brasil-Argentina.

Em 1850, o Brasil assinara com o Paraguai um tratado de aliança defensiva e ofensiva para fazer frente ao objetivo de Rosas de incorporar aquele país. O Brasil havia reconhecido a independência do Paraguai em 1844.

Na área do Rio Grande do Sul, desde 6 de maio de 1851, a movimentação militar na área da atual 3ª RM foi intensa, no preparo de suas forças para a guerra iminente, ao lado de medidas políticas e econômicas e de aliança militar com caudilhos que se opunham a Rosas e Oribe.

O então Conde de Caxias foi nomeado Presidente da Provincia do Rio Grande do Sul e Comandante das Armas (atual 3ª RM) e pela 2ª vez assumia a presidência por estar subordinada a ela a Guarda Nacional gaúcha.

E as forças ao comando de Caxias, organizadas em quatro divisões, constituiu-se no principal elemento terrestre para conduzir a guerra contra Oribe e Rosas em aliança com Urquiza, governador de Entre-Rios e com Virasoro, governador de Corrientes, tendo os seguintes objetivos ligados aos objetivos geopolíticos do Brasil no Prata

- Defesa dos limites do Brasil com o Uruguai;
- Manutenção de independência do Uruguai e do Paraguai;
- Defesa da livre navegação no Rio da Prata, fechada desde 1842 por Rosas; e
- Proteção de propriedades de brasileiros na fronteira com Uruguai de brasileiros perseguidos no Uruguai por Oribe.

A guerra que então teve lugar envolveu o território do Rio Grande do Sul e parcelas expressivas dos territórios do Uruguai e Argentina. Teria sido envolvido o Paraguai, se este tivesse cumprido o Tratado de 25 de dezembro de 1850 com o Brasil, defensivo e ofensivo, para evitar que fosse incorporado por D. Manuel Rosas.

Em Caçapava do Sul atual, foi construída uma enorme base logística nucleada pelo monumental forte D. Pedro II, ainda com suas muralhas em pé, para aproximar o apoio às operações contra Oribe e Rosas.

Caxias assumiu o comando da atual 3ª RM em junho e acelerou a concentração de suas forças na fronteira Brasil-Uruguai. Concentrou o grosso em Santana do Livramento e colocou uma divisão em Jaguarão.

Operações contra Oribe

De Santana, Caxias lançou uma vanguarda ao comando do Ten Cel Manoel Luis Osório para fazer a ligação com o General Urquiza, da qual nasceu o seguinte plano de operações aliado:

- Urquiza atravessaria o rio Uruguai em Passo del Hijo, sob a proteção da Esquadra Brasileira, e operaria junção com as forças de Caxias próximo à confluência do rio Taquarembó com o Negro; e
- Atuação da Esquadra Brasileira impedindo o apoio mútuo Oribe-Rosas ao longo do rio Uruguai;

Mas Urquiza, tirando proveito da cobertura de Caxias e da Esquadra, marchou para o Sul sem honrar o combinado, levando como vanguarda Servando Gomes, que Oribe havia mandado para combatê-lo.

Nas imediações de Montevideú, Urquiza, após escaramuças com Oribe, celebrou um Convênio de Capitulação sem consultar Caxias.

Caxias e suas forças internaram-se no Uruguai. Percorreram 500 Km de terreno difícil, agravado pelo mau tempo. Levaram, como impedimenta, mais de 100 carretas tracionadas por bovinos, inclusive a Arilharia de Mallet, que aí adquiriu seu apelido histórico de Boi de botas, pois enfrentaram lama grossa no itinerário de marcha.

Então, as tropas brasileiras revelando "elevado grau de abnegação, resistência e espírito de sacrifício" cumpriram etapas de 17 Km por dia sem encontrarem locais para acantonar.

Em 14 de outubro de 1851, Caxias operou junção com Urquiza. Isso assinalou o término da guerra contra Oribe e, por via de consequência, garantiu segurança para os rio-grandenses da fronteira ou moradores do Uruguai.

Guerra contra Rosas

Em 21 de novembro de 1851, ficou estabelecido um tratado entre os aliados brasileiros, uruguaios (orientais) e argentinos contra Rosas e não contra a Argentina.

- Urquiza comandaria o Exército de invasão destinado a combater Rosas;
- Caxias permaneceria no Uruguai, mais especificamente em Colônia do Sacramento, com o grosso de seu Exército em condições de atuar caso necessário;
- O Brasil contribuiria na invasão com uma Divisão ao comando do Brigadeiro Manuel Marques de Souza - o futuro Barão de Porto Alegre;
- A Esquadra Brasileira cooperaria da melhor forma com a invasão;
- A transposição das forças de invasão seria na ponta do Diamante, para onde os aliados se deslocaram da seguinte forma:
 - A Cavalaria Argentina marchou por terra até a concentração.
 - A Infantaria e a Artilharia argentinas foram transportadas pela Esquadra Brasileira que forçou o Passo Tonelero;
 - Os uruguaios foram transportados pela Esquadra Brasileira até Potrero Pires. Dali, por terra, alcançaram Diamante em 31 Dez 1851.
 - A 1ª Divisão Brasileira embarcou em Colônia do Sacramento, e chegou em Diamante em 20 Dez 1851.

Em 30 de dezembro havia sido concluída a concentração em Diamante, depois de 40 dias de ter sido decidida.

A transposição do rio Paraná em Diamante teve início em 23 Dez de 1851, com a Cavalaria de Urquiza atravessando o rio a nado para estabelecer uma cabeça-de-praia na margem direita. Operação épica que descrevemos em Travessia Militar de Brechas e Curso d'água no Brasil (1645-1986) na revista **A Defesa Nacional**, Nov /Dez 1985). Transposição sem atuação inimiga e que se estendeu por cerca de 15 dias. Nela a Esquadra Brasileira teve papel decisivo.

A Divisão de Cavalaria entrerriana que, ao atravessar o rio, perdeu por afogamento muitos homens e cavalos,

Em 8 de janeiro de 1852, todo o Exército Aliado havia transposto o Paraná e se concentrado em Espinilho. E dali os aliados, brasileiros, argentinos e uruguaios, sob o

pomposo nome oficial de **Exército Grande da América do Sul**, encetou sua marcha para Buenos Aires.

No dia 2 de fevereiro de 1852 teve lugar a vitoriosa batalha de Morón ou Monte Caseros (ou ainda batalha dos Santos Logares), na qual a 1ª Divisão Brasileira foi destacada das forças brasileiras.

Coube-lhe atacar o centro da posição inimiga que era o ponto mais forte - El Palomar de Caseros, que os brasileiros conquistaram.

A Divisão Brasileira que lutou em Monte Caseros foi constituída das seguintes unidades:

- Infantaria: 5º, 6º, 7º, 8º, 11º e 13º Batalhões;
- Artilharia: 1º Regimento de Artilharia (200 h);
- Cavalaria: 2º Regimento de Cavalaria. Total: 4.020 homens ou 1/7 do efetivo aliado.

Muito contribuiu para o rompimento da posição rosista atiradores de escol alemães, em número de cerca de 100, que foram espalhados entre as unidades brasileiras de Infantaria e armados com moderníssimos fuzis Dreyse de agulha, conforme abordamos em nosso livro **“Estrangeiros e Descendentes na História Militar no RGS”**, ao tratarmos dos Brummer, a Legião Alemã contratada na Prússia pelo Brasil para este conflito e composta de um Batalhão de Infantaria, um Regimento de Artilharia e duas Companhias de pontoneiros, equipadas com a equipagem alemã Birago, que focalizamos na op.cit.

Enquanto isso se passava Caxias, com o restante das suas forças em Colônia, e com apoio da Esquadra Brasileira, assistia o desenrolar dos acontecimentos, após haver reconhecido, em janeiro de 1852, a margem do Paraná junto a Buenos Aires, onde escolheu um local para um possível desembarque.

Rosas conseguiu evadir-se a bordo de um navio inglês. A Divisão Brasileira desfilou triunfalmente em Buenos Aires. Em 1º de março de 1852 retornou, coberta de glória, a Montevidéu, onde se reintegrou às forças brasileiras ao comando de Caxias. Com a vitória sobre Rosas foram definidos:

- Os limites Brasil-Uruguaí;
- A confirmação das independências do Uruguaí e do Paraguai;
- O direito do Brasil à livre navegação no Rio da Prata; e
- A reparação da espoliação de patrimônios de brasileiros. E resguardados os interesses geopolíticos do Brasil no Prata assim como preservada a sua Integridade e Soberania.

A Guerra contra Oribe no Uruguaí (1865)

A Argentina e o Uruguaí romperam relações em 1864.

A Agitação voltava a dominar o Uruguaí, com negativos reflexos entre os fazendeiros brasileiros na fronteira Brasil/Uruguaí que voltaram a ter suas estâncias invadidas e os brasileiros residentes no Uruguaí (cerca de 40.000) alvos de perseguições e desrespeito.

As causas

Como acima foi dito, a agitação voltava a dominar o Uruguaí, com negativos reflexos entre os fazendeiros brasileiros, na fronteira, que voltaram a ter suas estâncias

invadidas, e os brasileiros residentes no Uruguai sendo alvo de perseguições e desrespeito.

O Brasil tentou intervir diplomaticamente junto ao presidente uruguaio, Athanásio Cruz Aguirre, mas não obteve sucesso. Lançou um *ultimatum* que também foi devolvido.

Pretendeu-se, no Uruguai, anular o Tratado de Limites de 1852, posição abandonada com a disposição do Brasil de ocupar militarmente o território entre Quaraí e Arapeí.

Tropas na linha da fronteira tudo faziam para prevenir que disputas no Uruguai se refletissem no Rio Grande. O General Venâncio Flores, que assumiu o poder no Uruguai, não conseguiu evitar as violências que atingiam o território brasileiro. Solicitou o apoio do Brasil, sob a forma de um empréstimo, e a presença em Montevideu de uma divisão do Exército Brasileiro.

Assim, foi organizada uma Divisão de Observação chamada, após, Auxiliadora, com quatro mil homens, ao comando do Brigadeiro Francisco Felix Pereira Pinto. Ele transpôs a fronteira e, após três meses de marcha, de março a junho, chegou a Union, onde acampou.

Operações militares

O Almirante Tamandaré e as forças brasileiras na fronteira receberam ordens de proceder a represálias e adotarem medidas convenientes para proteger os brasileiros.

Com a Esquadra Brasileira e o concurso do General Venâncio Flores, sitiou-se a vila de Salto no rio Uruguai, que capitulou sem reação em 28 de novembro de 1864.

Em 16 de outubro de 1864 tropas brasileiras (cerca de 6 mil homens), ao comando do General João Propício Menna Barreto, Barão de São Gabriel, invadiram o Uruguai na direção de Mello com duas divisões de Infantaria.

Dali, seguiram para Paissandu, que foi sitiada durante um mês, tempo em que as tropas do Brasil foram ali cerrando; a concentração terminou no Natal de 1864.

Às 9 horas da manhã de 31 de dezembro de 1864, tropas brasileiras, com apoio naval da Esquadra Brasileira ao comando de Tamandaré, atacaram Paissandu com as brigadas do Brigadeiro Antônio Sampaio e de Carlos Resin justapostas. As tropas brasileiras atacaram pela frente e pela direita da vila e o General Flores pelo flanco esquerdo.

A resistência de Paissandu foi denodada e pertinaz; um combate em localidade que durou todo o dia e entrou pela noite.

De manhã, Paissandu rendeu-se, sendo feito prisioneiro o comandante da praça Leandro Gomes, que foi morto pelos seus inimigos uruguaios, uma nódoa na campanha.

De Paissandu, as tropas do Brasil receberam ordem de marchar sobre Montevideu, passando por Colônia do Sacramento. Daí, lançaram-se sobre Montevideu, a qual sitiaram no início de fevereiro de 1865. Em 15 de fevereiro terminou o mandato de Aguirre; o seu substituto, dias após, conseguiu a paz.

Foi criado um governo provisório, dirigido pelo General Venâncio Flores. Em 20 de fevereiro assinou-se a Convenção de Paz. As propriedades confiscadas de brasileiros no Uruguai foram devolvidas e reconhecidas as reclamações brasileiras.

A principal consequência dessa guerra seria a Guerra do Paraguai.

Guerra do Paraguai

A invasão do Uruguai em 1864 provocou a intervenção no conflito do Marechal Solano Lopes do Paraguai que invadiu o Rio Grande do Sul por São Borja, conquistou Uruguaiana e também invadiu o Mato Grosso pela Colônia Militar de Dourados.

Estes fatos provocaram a guerra da Tríplice Aliança Argentina - Brasil - Uruguai contra o Paraguai (1865-70).

Com a presença de D. Pedro II e dos presidentes da Argentina e Uruguai, renderam-se em Uruguaiana, em 18 Set 1865, 550 oficiais e 5.131 soldados paraguaios que haviam invadido o Rio Grande e ocupado Uruguaiana por largo período.

Nesta guerra o Brasil defendeu a sua Integridade e sua Soberania. Esta última ameaçada pelo Paraguai em seu direito de livre navegação no rio Paraguai, essencial para as comunicações do Governo Central no Rio com a Província de Mato Grosso e impedida com a construção pelo Paraguai da Fortaleza de Humaitá - a Sebastopol da América do Sul.

Os aliados derrotaram a Marinha do Paraguai em Riachuelo em 11 Jun 1865, onde destruíram a sua capacidade ofensiva estratégica e o seu Exército em 24 Mar 1866 na batalha de Tuiuti, onde destruíram a sua capacidade ofensiva tática e, a seguir, a Dezembrada, onde destruíram a capacidade defensiva tática de Solano Lopes depois de haverem destruído a sua capacidade defensiva estratégica com a conquista da Fortaleza de Humaitá que abriu o rio Paraguai a livre navegação pelo Brasil.

E finalmente a atuação do Brasil no sentido da manutenção da Integridade e independência do Paraguai, com vistas à manutenção do equilíbrio político no Prata.

No período 1680-70 o Brasil, no Rio Grande do Sul, conseguiu definir e proteger suas fronteiras em obstáculos naturais. Fato que exigiu da diplomacia portuguesa e depois da brasileira, imperial e republicana, atuação e negociação permanentes e com muita frequência luta armada, conforme abordado.

Não conseguiu a diplomacia colonial e depois a imperial brasileira superar o gigantesco antagonismo geopolítico do Prata, representado por uma convergência para Buenos Aires de sua influência sobre as bacias dos formadores dos rios da Prata, os rios Uruguai, Paraná e Paraguai que penetram fundo no território brasileiro.

Para o General Meira Mattos, o Marechal Mário Travassos,

"preocupou-se, na época com a tirania da geratriz da bacia do Prata, mais extensa no Brasil, carreando para Buenos Aires todo o comércio da enorme bacia. Teve então a visão geopolítica antecipada da solução política inspirada na Geografia, traduzida hoje pelos corredores de exportação: Rio Grande-Uruguaiana, Paranaguá-Assunção e Santos-Santa Cruz de La Sierra".

Antagonismo geopolítico superado por períodos intermitentes de 1680-1777, durante quase 100 anos, em que a Colônia do Sacramento pertenceu a Portugal, e de 1821-27, por cerca de sete anos, quando o Uruguai integrou o Brasil como sua província Cisplatina.

Hoje, esta influência de Buenos Aires sobre áreas brasileiras banhadas pelos afluentes citados, vem sendo compensadas com a malha ferroviária e corredores de exportação terminando nos portos de Porto Alegre e Rio Grande, no caso do Rio Grande do Sul. Soluções estas sugeridas, como já mencionado, pelo Marechal Mário Travassos como capitão e pioneiro em estudos geopolíticos entre nós, ao qual se atribui a localização da Academia Militar das Agulhas Negras em Resende atendendo a critérios de Geopolítica.

Estabelecimento militar do qual viria a ser o seu primeiro comandante em 1944 e o único no posto de coronel. Hoje ele é patrono da Delegacia da Academia de História Militar Terrestre do Brasil em Campinas - SP.

Bibliografia

A seguir apresentamos ao leitor e pesquisador interessado, algumas fontes de interesse da História da Geopolítica do Brasil no Prata e de sua projeção no Rio Grande do Sul, exceto algumas já citadas no texto.

BACKHEUSER, Everardo. **Curso de Geopolítica Geral e do Brasil**. Rio de Janeiro: BIBLIX, 1982.

BENTO, Cláudio Moreira. **A Guerra da Restauração do RGS**. Rio de Janeiro BIBLIX, 1996.

_____. **História da 3ª RM 1808-1889 e antecedentes**. Porto Alegre: 3ª RM (SENAI), 1994.

_____. **Caminhos históricos estratégicos de penetração e povoamento do Vale do Alto e Médio Paraíba 1565-1822**. Resende: AHIMTB, 1998. Usa a cronologia que informa o que se passava no Brasil em determinado momento, integrando atividades econômicas. (Foi publicado na RIHGB também).

_____. **Real Feitoria do Linho Cânhamo do Rincão do Canguçu**. Canguçu: Prefeitura, 1982.

_____. Apresentação. In: NEVES, Ilka. **Canguçu – RS, primitivos moradores, primeiros batismos 1800-1813**. Pelotas: Ed. Universitária/UFPEL, 1998 (Registra o fluxo migratório para a área e origem dos migrantes).

_____. **Como estudar e pesquisar a História do Exército Brasileiro**. Brasília: EME/EGGGF, 1999, 2ed.

_____. **Brasil Conflitos externos 1500-1945**. Em Livros no site www.ahimtb.org.br.

_____. **Brasil - Lutas contra invasões, ameaças e pressões externas em defesa de sua Integridade, Soberania, Unidade, Independência e Integração e da Liberdade e Democracia mundiais**. Resende: FAHIMTB-IHTRGS, 2014, em parceria com o Cel Luiz Ernani Caminha Giorgis.

CIDADE, Francisco de Paula. **Notas de Geografia Militar Sul-americana**. Rio de Janeiro: BIBLIX, 1940 (Curso ministrado na ECEME).

_____. **Lutas ao sul do Brasil com espanhóis e seus descendentes**. Rio de Janeiro: BIBLIX, 1946.

FORTES, João Borges. **O povoamento do Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro, 1931.

GABRIEL, Pedro Henrique Luz, Major. **O pensamento geopolítico brasileiro: A originalidade das contribuições de Carlos de Meira Mattos**. Niterói: UFF, 2012 (Dissertação de Mestrado em Estudos Estratégicos da Defesa e da Segurança - Instituto de Estudos Estratégicos).

MATTOS, Carlos de Meira. **A Geopolítica e as projeções do Poder**. Rio de Janeiro, 1950 (Prefácio de Luiz Vianna Filho).

_____. **Brasil - Geopolítica e destino**. Rio de Janeiro: BIBLIX, 1975.

MONTEIRO, Jonathas da Costa Rego. **A Colônia do Sacramento 1680-1777**. Porto Alegre: Liv. Globo, 1937 2v.

SILVA, Golbery do Couto e. **Geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1976.

_____. **Planejamento estratégico**. Rio de Janeiro: BIBLIX, 1955.

SILVA, João Ribeiro. **A Geopolítica e a Geoestratégia dos descobrimentos portugueses** (Nota oferecida pelo autor à AHIMTB).

_____. **Geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro: BIBLIX, 1951 (Prefaciada por Everardo Backheuser).

SOARES, Teixeira. **História da formação das Fronteiras do Brasil**. Rio de Janeiro: BIBLIX, 1975.

TRAVASSOS, Mário. **Projeção Continental do Brasil**. Rio de Janeiro, 1931 (prefácio de Pandiá Calógeras).

_____. **Introdução à Política de Comunicações brasileiras**. Rio de Janeiro, 1941 (Prefácio de Gilberto Freire).

Obras sobre cidades brasileiras situadas na Fronteira do Rio Grande do Sul com o Uruguai que ajudam a comprovar o resultado da projeção Geopolítica de Portugal e depois do Brasil no Rio Grande do Sul.

Santa Vitória do Palmar

AZAMBUJA, Pércles. **História das terras e mares do Chuí**. Caxias do Sul: UCS, 1978 (Prefácio de Cláudio Moreira Bento).

BENTO, Cláudio Moreira. **Santa Vitória do Palmar na História Militar**. Revista Militar Brasileira, v. 105, 1974, jul/dez.

AMARAL, Anselmo. **Campos Neutrais**. Porto Alegre: Of Grafisilk, 1973.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Origem de Jaguarão 1790-1833**. Caxias do Sul: UCS, 1980.

Herval do Sul

MEDEIROS, Manoel da Costa. **História do Herval**. Caxias do Sul: UCS, 1980.

Bagé

SALIS, Eurico Jacinto. **História de Bagé**. Porto Alegre: Liv. Globo, 1955.

TABORDA, Tarcísio da Costa. **Bagé de sempre**. Bagé: FUNBA, 1981.

BENTO, Cláudio Moreira Bento. **Retrospecto da História Militar de Bagé 1680-1921**. In: **História da 3ª Bda C Mec - Brigada Patrício Correia da Câmara**. Porto Alegre: Pallotti, 2002.

Dom Pedrito

BENTO, Cláudio Moreira. **Contribuição à História de D. Pedrito**. Dom Pedrito: Prefeitura, 2001 (Org. por Adilson Nunes, aborda origens e a Paz de D. Pedrito em 1845).

Santana do Livramento

CAGGIANI, Ivo. Santana do Livramento. **Santana do Livramento**: ASPES/Museu Folha Popular, 1984 3v.

Alegrete e Quaraí

TRINDADE, Miguel Jacques. **Alegrete do século XVII ao século XX**. Porto Alegre: Ed. Pallotti, 1972, 2v.

Uruguaiana

PONT, Raul. **Campos Realengos**. Porto Alegre: EDIGAL, 1983, 2v.

FONTTES, Carlos. **Uruguaiana, aqui te canto**. Porto Alegre: Evangraf, 2.000. Outros municípios diretamente a retaguarda dos citados da Fronteira:

São Gabriel

FIGUEIREDO, Osório Santana. **História de São Gabriel**. Santa Maria: Ed. Pallotti, 1993.

SILVA, Aristóteles Vaz de Carvalho e. **São Gabriel na História**. s/l: CITAL 1963.

Caçapava do Sul

CASSOL, Arnaldo. **Caçapava - capital farroupilha**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986 (parceria com Nicolau Abrão).

ABRÃO, Nicolau. **História de Caçapava**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1990.

Lavras do Sul

TEIXEIRA, Edilberto. **Lavras do Sul na batéia do tempo**. Lavras do Sul: Prefeitura, 1992.

Piratini

ALMEIDA, Davi. **Roteiro histórico e sentimental de Piratini**. Piratini.

BENTO, Cláudio Moreira. **Piratini um sagrado símbolo farrapo**. Resende: AHIMTB/IHTRGS, 2001.

Canguçu

BENTO, Cláudio Moreira. **Canguçu reencontro com a História**. Porto Alegre: IEV, 1983.

_____. **Canguçu 200 anos**. Resende: Graf. Patronato, 2000.

_____. **Real Fitoria do Linho cânhamo do Rincão do Canguçu 1783-89** (Localização em Canguçu Velho): São Lourenço do Sul: Prefeitura Municipal, 1892

_____. **ACADEMIA CANGUÇUENSE DE HISTÓRIA**. Revista Canguçu 200 anos. Resende: Graf. Patronato, 2000 (organizado por Cláudio Moreira Bento).

Pelotas

OSÓRIO, Fernando Luiz. **Cidade de Pelotas**. Porto Alegre. diversas edições

Notas

- **Revisão da forma pelo acadêmico benemérito da FAHIMTB Cel Luiz Ernani Caminha .**
- **Este trabalho com alguns complementos e para estar disponível na Internet no site www.ahimtb.org.br reproduz plaqueta publicada em Resende em 2002**

